

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2019

BLOCO LIBERDADE E PROGRESSO (PSD, PSL, PTB, Patri, PRP e DEM)	
Líder	Deputado Cássio Soares
Vice-Líderes	Deputado Delegado Heli Grilo Deputado Doorgal Andrada Deputada Ione Pinheiro Deputado Zé Reis

BLOCO DEMOCRACIA E LUTA (PT, PL, Rede, Psol, Pros e PCdoB)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputada Andréia de Jesus Deputada Ana Paula Siqueira Deputado Elismar Prado Deputado Léo Portela

BLOCO MINAS TEM HISTÓRIA (MDB, PV, Republicanos, PDT e Pode)	
Líder	Deputado Sávio Souza Cruz
Vice-Líderes	Deputado Glaycon Franco Deputado Douglas Melo Deputado Neilando Pimenta

BLOCO SOU MINAS GERAIS (PSDB, Cidadania, PP, PSC, Novo, Avante, PSB, Solidariedade e PHS)	
Líder	Deputado Gustavo Valadares
Vice-Líderes	Deputado Fávio Avelar de Oliveira Deputado Fernando Pacheco Deputado Gil Pereira Deputado Raul Belém Deputado Tito Torres

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Inácio Franco

LIDERANÇA DA MINORIA	
-----------------------------	--

Líder	Deputado Ulysses Gomes
-------	------------------------

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Luiz Humberto Carneiro
Vice-Líderes	Deputado Guilherme da Cunha Deputado Bosco Deputado Roberto Andrade Deputado Coronel Sandro Deputado Gustavo Mitre

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	Presidente
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	
Deputado Raul Belém	PSC – BSMG	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
Deputado João Leite	PSDB – BSMG	
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH	Vice-Presidente
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH
Deputado Bosco	Avante – BSMG
Deputada Leninha	PT – BDL
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BMTH	Presidente
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Zé Reis	PSD – BLP	
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	Presidente
Deputado Zé Reis	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputado Charles Santos	Republicanos – BMTH	
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	
Deputado André Quintão	PT – BDL	
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	

COMISSÃO DE CULTURA**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	Avante – BSMG	Presidente
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	
Deputado Mauro Tramonte	Republicanos – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Leite	PSDB – BSMG	
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
Deputado Professor Cleiton	PSB – BSMG	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bartô	Novo – BSMG	Presidente
Deputado Cleitinho Azevedo	Cidadania – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH	
Deputado Zé Guilherme	PRP – BLP	
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BDL	Presidente
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	Vice-Presidente
Deputada Celise Laviola	MDB – BMTH	
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	
Deputada Leninha	PT – BDL	

MEMBROS SUPLENTE:	
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	Presidente
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputado Doutor Paulo	Patri – BLP	
Deputado Professor Cleiton	PSB – BSMG	
Deputado Zé Guilherme	PRP – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BMTH	
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Thiago Cota	MDB – BMTH	Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	Vice-Presidente
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG	
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	
Deputado Inácio Franco	PV – BMTH	
Deputado Betinho Pinto Coelho	Solidariedade – BSMG	
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP	
Deputada Leninha	PT – BDL	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Leninha	PT – BDL	Presidente
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	Vice-Presidente
Deputado Betão	PT – BDL	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputada Marília Campos	PT – BDL	
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	Presidente
Deputado Betão	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Bartô	Novo – BSMG	
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
Deputado Professor Cleiton	PSB – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputada Leninha	PT – BDL	
Deputado Professor Wendel Mesquita	Solidariedade – BSMG	
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Zé Guilherme	PRP – BLP	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	Vice-Presidente
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL	
Deputado Fábio Avelar de Oliveira	Avante – BSMG	

MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP
Deputado Mauro Tramonte	Republicanos – BMTH
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BSMG

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Hely Tarquínio	PV – BMTH	Presidente
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP	
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG	
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BLP	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG	Presidente
Deputado Raul Belém	PSC – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	
Deputado Osvaldo Lopes	PSD – BLP	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	
Deputado Gustavo Mitre	PSC – BSMG	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	

Deputado Betão	PT – BDL
Deputado Leandro Genaro	PSD – BLP

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP	Presidente
Deputado João Vítor Xavier	Cidadania – BSMG	Vice-Presidente
Deputado Guilherme da Cunha	Novo – BSMG	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP	
Deputado Tito Torres	PSDB – BSMG	
Deputada Laura Serrano	Novo – BSMG	
Deputado Professor Cleiton	PSB – BSMG	
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BDL	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BSMG	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Marquinho Lemos	PT – BDL	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP	
Deputada Andréia de Jesus	Psol – BDL	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BSMG	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMTH	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	Presidente
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	

Deputado Gustavo Mitre	PSC – BSMG
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Elismar Prado	Pros – BDL
Deputado Braulio Braz	PTB – BLP
Deputado Coronel Sandro	PSL – BLP
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP

COMISSÃO DE REDAÇÃO**Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BLP	Presidente
Deputado Doorgal Andrada	Patri – BLP	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BSMG	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMTH	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BLP	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BSMG	
Deputado Charles Santos	Republicanos – BMTH	
Deputado André Quintão	PT – BDL	

COMISSÃO DE SAÚDE**Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BMTH	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BLP	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BDL	
Deputado Doutor Paulo	Patri – BLP	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Professor Cleiton	PSB – BSMG	
Deputado Professor Irineu	PSL – BLP	
Deputada Marília Campos	PT – BDL	
Deputado Coronel Henrique	PSL – BLP	
Deputado Glaycon Franco	PV – BMTH	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BLP	Presidente
Deputado Delegado Heli Grilo	PSL – BLP	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BSMG	
Deputado João Magalhães	MDB – BMTH	
Deputado Léo Portela	PL – BDL	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Delegada Sheila	PSL – BLP	
Deputado Bruno Engler	PSL – BLP	
Deputado Bartô	Novo – BSMG	
Deputado Douglas Melo	MDB – BMTH	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**Reuniões Ordinárias quartas-feiras – 14h30min**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	Presidente
Deputado André Quintão	PT – BDL	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BSMG	
Deputada Marília Campos	PT – BDL	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BMTH	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Beatriz Cerqueira	PT – BDL	
Deputada Ana Paula Siqueira	Rede – BDL	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BSMG	
Deputado Betão	PT – BDL	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas**

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Léo Portela	PL – BDL	Presidente
Deputado Professor Irineu	PSL – BLP	Vice-Presidente
Deputado Celinho Sintrocel	PCdoB – BDL	
Deputado Cleitinho Azevedo	Cidadania – BSMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BMTH	

MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Gustavo Santana	PR – BDL
Deputado Repórter Rafael Martins	PSD – BLP
Deputado Virgílio Guimarães	PT – BDL
Deputado Fernando Pacheco	PHS – BSMG
Deputado Charles Santos	Republicanos – BDL

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 12ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – 33ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a homenagear a Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais – Fecemg – pelos 50 anos de sua fundação
- 1.3 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

- 3.1 – Comissão

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MANIFESTAÇÕES

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/10/2019

Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião – Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos deputados Mauro Tramonte e Sargento Rodrigues; aprovação – Chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para votação – Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 910/2019; discurso do deputado Sargento Rodrigues; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; votação nominal das Emendas nºs 1 e 2; rejeição – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 906/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.072/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 16/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 18/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 563/2015; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.813/2017; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 826/2019; encerramento da discussão; discurso do deputado Alencar da Silveira Jr.; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.553/2015; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.325/2018; encerramento da discussão; não apreciação da proposição – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.475/2018; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 481/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 542/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 600/2019; encerramento da discussão; discurso do deputado Cleitinho Azevedo; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 679/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com a

Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.022/2019; encerramento da discussão; discurso da deputada Beatriz Cerqueira; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.069/2019; apresentação da Emenda nº 3 e do Substitutivo nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda e do substitutivo com o projeto à Comissão de Administração Pública – Declarações de Voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 10h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Mauro Tramonte, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência vai suspender a reunião por 15 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Mauro Tramonte em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 906/2019 seja apreciado em primeiro lugar, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº

1.072/2015 seja apreciado em segundo lugar, entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

A presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Tadeu Martins Leite) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 41 deputados. Portanto, há quórum para votação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 910/2019, do procurador-geral de Justiça, que modifica a Lei nº 22.618, de 26/7/2017, que altera o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Presidente, serei muito breve. Não gastarei 5 minutos do tempo, V. Exa, mas, é preciso, deputado André Quintão, que nós, que integramos a Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho, possamos trazer ao Plenário desta Casa, que, até hoje, o procurador-geral de Justiça não respondeu a três ofícios da Comissão Parlamentar de Inquérito cobrando do Ministério Público, com o seguinte teor constante no requerimento aprovado pelos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. (– Lê:) “Os deputados que este subscrevem requerem a V. Exa., nos termos regimentais, seja enviado ofício ao procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, requisitando cópia de todos os termos de ajustamento de conduta – Tac – firmados com a Vale S.A., bem como de todas as recomendações encaminhadas à empresa, nos últimos cinco anos.”

Presidente Agostinho Patrus, demais colegas deputados e deputadas, o Ministério Público, até hoje, não respondeu à CPI. O Ministério Público, até hoje, não respondeu à comissão parlamentar de inquérito sobre quantos TACs, na área ambiental, eles fizeram nos últimos cinco anos com a Vale, com a mesma empresa, a empresa reincidente ao assassinar 272 pessoas, na tragédia criminosa ocorrida no dia 25/1/2019. Isso sem falar das 19 mortes ocorridas em novembro de 2015, na Barragem de Fundão, em Mariana. A mesma Vale reincidente.

Presidente Agostinho Patrus, eu vou pedir a atenção de V. Exa., considerando os vários encaminhamentos que foram feitos ao final da CPI, e aqui o deputado André Quintão ficou como coordenador desse grupo. Alguns deles foram designados a algumas comissões. À Comissão de Segurança Pública cabe a Defesa Civil, e a Defesa Civil é que realmente trata dessa questão da fiscalização de segurança de barragem por parte do Executivo.

Então, presidente, nós vamos oficializar novamente ao procurador-geral de justiça, através da Comissão de Segurança Pública, mas é bom que os deputados e deputadas desta Casa saibam que o Ministério Público não só tem esse projeto aqui, mas também tem outro, de suplementação orçamentária. Eu cantei essa pedra lá em fevereiro deste ano. Enquanto carreiras do Poder Executivo estão amargando quatro anos e oito meses sem R\$0,1 de recomposição das perdas inflacionárias, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que deveria ser o fiscal da lei, que deveria dar o exemplo, agora mandou para esta Casa um projeto de suplementação orçamentária da ordem de R\$111.500.000,00 e continua, presidente Agostinho Patrus, a desobedecer uma requisição de uma comissão parlamentar de inquérito. O Poder Legislativo não pode se curvar a uma desobediência dessa monta, porque nós investigamos o fato determinado, conforme determina o Regimento Interno, aprovamos o requerimento, e, até hoje, o Ministério Público não respondeu.

Então, presidente, insisto com V. Exa. que farei novamente um outro requerimento cobrando do Ministério Público estadual a resposta a esse requerimento, porque esse projeto ainda está em 1º turno, e V. Exa. precisa cobrar, como presidente do Poder, que o procurador-geral de justiça responda os dois ofícios oriundos da CPI que apurou a tragédia criminosa da Vale, da Vale assassina. O Ministério Público precisa informar à Assembleia quantos Termos de Ajustamento de Conduta ele fez com a Vale, nos últimos cinco

anos, na área ambiental. Sabe o que acontece, deputado Betão? Eles fazem os TACs, enfiam-nos na gaveta e não dão publicidade. Nós precisamos saber quantos foram e em quais termos foram feitos esses Termos de Ajustamento de Conduta.

É esse o encaminhamento, presidente. Farei o requerimento à Comissão de Segurança Pública, mas vou pedir a V. Exa., como presidente do Poder, que não paute essa matéria enquanto o Ministério Público não responder os ofícios da comissão parlamentar de inquérito. Muito obrigado.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas.

– Registram “sim”:

André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2.

– Registram “sim”:

João Leite – Sargento Rodrigues.

– Registram “não”:

André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Inácio Franco – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Hely Tarquínio – Sr. Presidente, meu voto é “não”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 2 deputados. Votaram “não” 42 deputados. Estão rejeitadas as emendas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 910/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 906/2019, do deputado Mauro Tramonte, que altera a Lei nº 14.349, de 15/7/2002, que dispõe sobre a proibição do uso de pipas com linha cortante em áreas públicas e comuns e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo

eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Cristiano Silveira – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Carlos Henrique – Presidente, registre meu voto “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 906/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.072/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a comunicação em operação que envolva o emprego de explosivos e seus acessórios. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.072/2015 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 16/2019, do Tribunal de Justiça, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18/1/2001, que contém a Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, para unificar os Quadros de Pessoal das Justiças de Primeira e Segunda Instâncias, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 263, inciso I, do Regimento Interno. A presidência lembra ao Plenário que o projeto será aprovado se obtiver, no mínimo, 39 votos

favoráveis. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 16/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 18/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que assegura às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama o acesso ao teste de mapeamento genético pelo Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. A Comissão dos Direitos da Mulher opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 40 deputados. Votaram “não” 2 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 18/2015 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 563/2015, da deputada Rosângela Reis, que institui o Programa Estadual de Capacitação e Qualificação Social e Profissional – PEQ-MG – e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 41 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 563/2015 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.813/2017, da deputada Marília Campos, que institui a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Doutor Wilson Batista – Sr. Presidente, registre meu voto “sim”, por favor.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 43 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.813/2017 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 826/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre a proibição de empresas condenadas em processos criminais de participar de licitações ou celebrar contratos administrativos referentes a obras, serviços, compras, alienações e locações. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, senhores telespectadores da TV Assembleia que nós criamos, visitantes das nossas galerias, esse projeto que vai para 2º turno. Espero que daqui a pouco V. Exa. também coloque o projeto que não vai permitir mais a apreensão dos veículos com IPVA atrasado. Tenho a certeza de que só depende de V. Exa. agora para ir para o 2º turno.

Mas, com esse projeto, acho que a gente faz aqui, em Minas Gerais, um acerto de contas. Empresas que já roubaram uma, duas, três vezes, que tiveram seus sócios condenados, participam de licitação hoje no governo de Minas e vão continuar roubando.

Com esse projeto, aquelas pessoas que já tiveram problemas em prefeituras, no Estado ou na União não poderão mais participar de licitação. Vamos bani-los de uma maneira geral agora.

Esta Casa vai fazer o que o governo de Minas já deveria fazer há muito tempo. Assim como fizemos o projeto Ficha Limpa, que foi o primeiro do Brasil, tenho a certeza de que esse projeto também vai ser exemplo para todos os estados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 39 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 826/2019 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.553/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Magalhães – Laura Serrano – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O presidente – Votaram “sim” 40 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco –

Gláycen Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Laura Serrano – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Registre meu voto “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Zé Reis – Meu voto é “sim”, presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 38 deputados, que, somados à presença do presidente, totalizam 39 parlamentares. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.553/2015 com a Emenda nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.325/2018, do deputado João Vítor Xavier, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Cavallhada Nossa Senhora de Nazareth, realizada no distrito de Morro Vermelho, no Município de Caeté. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência, nos termos do inciso XXXVII do art. 82 do Regimento Interno, deixa de submeter o projeto à votação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.475/2018, da Comissão de Direitos Humanos, que altera o art. 2º da Lei nº 18.315, de 6/8/2009, que estabelece diretrizes para a formulação da Política Estadual Habitacional de Interesse Social – Pehis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gláycen Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Laura Serrano – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registra “não”:

João Magalhães.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Registre meu voto “sim”, Sr. Presidente.

O deputado Carlos Henrique – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Bartô – Meu voto é “sim”, presidente.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 39 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o projeto. À Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 481/2019, do deputado Betão, que torna obrigatória a afixação de placa ou cartaz nos cartórios de registro do Estado informando sobre os atos de sua competência sujeitos a gratuidade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Magalhães – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha – Laura Serrano.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Meu voto é “sim”, presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 38 deputados; votaram “não” 3 deputados, totalizando 41 votos. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 481/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 542/2019, do deputado Zé Reis, que dispõe sobre a isenção de pagamento de pedágio dos veículos a serviço dos consórcios públicos intermunicipais do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – João Magalhães – Laura Serrano – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha.

O presidente – Votaram “sim” 37 deputados; votaram “não” 2 deputados, totalizando 39 votos. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 542/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 600/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, que obriga hotéis e demais meios de hospedagem a comunicarem ao cliente, no ato da reserva, os preços das diárias, serviços inclusos e taxas adicionais relacionadas

aos serviços e produtos oferecidos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cleitinho Azevedo.

O deputado Cleitinho Azevedo* – É só para explicar o projeto, gente – ele é bem simples –, principalmente para o pessoal do Novo, que fala sobre o liberalismo. Aqui a gente não está dando obrigação para o empresário porque eles vão questionar falando que a gente está dando obrigação para o empresário, e quem perde com isso é o consumidor final. Mas esse projeto é para o consumidor final poder ter a transparência.

Na maioria das vezes, quando você vai a algum hotel, eles dão o valor da hospedagem, e, na hora em que você vai pagar, eles vêm com taxa e com mais isso. É só para o empresário dar mais transparência a essa situação. É um projeto simples, objetivo, e espero a aprovação de todos os pares. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha – Laura Serrano.

O presidente – Votaram “sim” 39 deputados. Votaram “não” 3 deputados. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 600/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 679/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Rádio Inconfidência AM, bem como sua programação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos –

Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Registram “não”:

Bartô – Guilherme da Cunha – Laura Serrano.

O presidente – Votaram “sim” 36 deputados; votaram “não” 3 deputados, totalizando 39 votos. Está aprovado o substitutivo, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

O deputado Roberto Andrade – Meu voto é “sim”, presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 37 deputados, que, somados aos 2 em comissão, totalizam 39 parlamentares. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 679/2019 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Cultura.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.022/2019, do Tribunal de Justiça, que unifica os Quadros de Pessoal das Justiças de Primeira e Segunda Instâncias do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Presidente, bom dia. Demais colegas parlamentares, bom dia. Esse projeto de lei, nós o acompanhamos desde a última segunda-feira. Ele vem aqui para votação, em 1º turno, com um compromisso nosso: antes do retorno dele, em 2º turno, que nós possamos construir, com os sindicatos que representam os servidores do Poder Judiciário, questões relevantes que se relacionam à sua carreira. Acompanham aqui a votação o Serjusmig, o Sindojus e o Sinjus, que juntos representam todos esses servidores. Então nós temos aqui um compromisso. Para votação, em 2º turno, vamos nos esforçar para que as demandas trazidas pelos sindicatos sejam atendidas, porque se referem à carreira, e a carreira se refere à vida desses servidores, por toda a sua vida.

Tivemos a oportunidade de participar de uma primeira reunião que se realizou na tarde dessa terça-feira, mediada pelo presidente da Comissão de Administração Pública, deputado João Magalhães. A nossa expectativa, com o nosso compromisso, é que até que o projeto seja pautado, em 2º turno, possamos construir as questões apresentadas pelos sindicatos que vão trazer os anseios dos servidores do Poder Judiciário. Então esse é o nosso posicionamento.

Então, esse é o nosso posicionamento. Faço o registro em defesa da atuação dos nossos sindicatos dos servidores e também como um compromisso para que a gente passe essa construção para a votação em 2º turno e também para a realização de audiência pública na Comissão de Administração Pública, conforme já é entendimento da comissão. Obrigada.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita

às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – André Quintão – Andréia de Jesus – Antonio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cássio Soares – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Marquinho Lemos – Professor Cleiton – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

– Registram “branco”:

Bartô – Guilherme da Cunha – Laura Serrano.

O presidente – Votaram “sim” 38 deputados; houve 3 votos em branco, totalizando 41 votos. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.022/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.069/2019, do deputado João Magalhães, que dispõe sobre a renegociação da dívida do Estado com os municípios mineiros mediante dação em pagamento de bens imóveis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública, de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vêm à Mesa a Emenda nº 3 e o Substitutivo nº 1, que foram publicados na edição do dia 3/10/2019.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto uma emenda da deputada Ione Pinheiro, que recebeu o nº 3, e um substitutivo do deputado Fernando Pacheco, que recebeu o nº 1, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda e o substitutivo com o projeto à Comissão de Administração Pública para parecer.

Declarações de Voto

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, nós tivemos vários projetos, e já tive oportunidade de falar do meu. Quanto ao da Rádio Inconfidência, até entendo por que 3 deputados votaram “não”: a Rádio Inconfidência AM, nos próximos dois anos, vai encerrar as suas atividades porque não vamos mais ter a banda AM no rádio. Mas gostaria, Sr. Presidente, de fazer um convite a esta Casa, a todos os deputados, a todos os telespectadores e à população belo-horizontina e mineira para amanhã, às 10 horas da manhã, na Comissão de Minas e Energia, presidida pelo deputado Repórter Rafael Martins... Já estão chegando a Belo Horizonte agora dois colegas deputados de Goiânia: Henrique Arantes e Alysson Lima, que estarão aqui mostrando, Sr. Presidente, a realidade do que foi a privatização da companhia de energia no Estado de Goiás. O presidente daquela casa disponibilizou também os assessores e a secretaria executiva daquela comissão, daquela casa, para aqui, amanhã, tirar as dúvidas de todos os parlamentares, de todos os deputados, Sr. Presidente, e da população. Aí eu convido os servidores da Cemig, eu convido os sindicatos da Cemig, eu convido aquelas pessoas que, como eu, temem a privatização deste órgão. Em Goiânia – repito, mais uma vez, presidente –, nós tivemos 17% no segundo mês em que foi privatizada a companhia de energia daquele estado. Na última segunda-feira, numa reunião com deputados de todo o Brasil, nós acompanhamos também o que está acontecendo nos estados do Norte do Brasil que fizeram a privatização. Para se ter ideia, a energia do Acre hoje ficou 20% mais cara para o consumidor depois da privatização. Todas as extensões de rede e as cargas para novas empresas estão sendo cobradas, Sr. Presidente, e sem nem um trabalho social, sem nem um

trabalho para a população carente. Então, faço aqui um apelo aos senhores deputados e às senhoras deputadas para que amanhã, às 10 horas da manhã, venham a esta Casa acompanhar o relato de deputados que fizeram a CPI em outros estados, de deputados que vão mostrar o que está acontecendo nos outros estados. Ao projeto do deputado João Magalhães também, Sr. Presidente, entrego uma emenda. Temos hoje várias áreas particulares ocupadas, terrenos ocupados, das pessoas que trabalharam para ter os seus imóveis, para ter os seus terrenos. Esses terrenos foram ocupados, e cabe agora ao governo do Estado reconhecer essa propriedade dessas vilas, desses aglomerados, desses terreiros em que elas estão. Aí faço um apelo ao governador Zema: que a gente possa também fazer uma permuta, que o Estado passe a essas pessoas terrenos que vão compensar os terrenos que foram invadidos. É uma justiça, Sr. Presidente, e nós estaremos reconhecendo o título de propriedade para cada um. Isso cabe agora ao governador. A ideia foi dada, a semente foi plantada, e nesse projeto nós vamos dar essa autorização. Muito obrigado, Sr. Presidente. E amanhã, às 10 horas da manhã, vamos dizer “não”, mais uma vez, à privatização da Cemig. Muito obrigado.

A deputada Marília Campos – Obrigada, presidente, deputado Agostinho. Eu queria, nessa declaração de voto, agradecer o apoio e o voto “sim” a todos os deputados e deputadas que votaram no Projeto de Lei nº 4.813/2017. É um projeto importante, porque ele institui a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. Nós temos vários programas que combatem a criminalidade – programas de prevenção – e que atualmente são programas de governo. Com a aprovação desse projeto, ele é transformado em política de Estado. Então, eu quero agradecer aos deputados e deputadas, especialmente ao deputado estadual Sargento Rodrigues, que apresentou o substitutivo, que me ajudou na organização de audiência pública; e especialmente também à deputada Andréia, que apresentou emenda no sentido de aprimorar o projeto. Também não poderia deixar de cumprimentar todos os trabalhadores e trabalhadoras que estiveram aqui em audiência pública, que estiveram aqui, no dia de hoje e no dia de ontem, nessa mobilização pela aprovação do projeto. E a gente espera que os deputados e deputadas, assim como deram “sim” a esse projeto, no orçamento deste ano, aprovem orçamento para implementar essa importante política pública de prevenção à criminalidade em nosso estado. Muito obrigada.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Quero enaltecer aqui a aprovação do nosso Projeto de Lei nº 2.553/2015 e agradecer aos nobres pares que, por unanimidade, aprovaram esse projeto. É a doação de um terreno lá, na cidade de Arcos, para o Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Boca da Mata de Arcos, que tem como presidente o João Paulo Teixeira Silva e ex-presidente a Vânia Mota, uma líder comunitária que sempre lutou por esse projeto. Estou desde 2015 tentando avançar com esse projeto, mas, infelizmente, por questões políticas, isso não aconteceu. Mas, agora, neste mandato, que temos V. Exa. como presidente, as coisas avançaram, e vamos ter um espaço adequado para a Comunidade da Boca da Mata. Já existe uma instalação bastante ampla, que era uma antiga escola estadual, que está lá hoje parada. Agora vai se transformar num espaço para convivência da comunidade nas áreas da saúde, da educação, do lazer, do esporte. Enfim, a utilização desse espaço vai ser agora aproveitada da melhor forma para a comunidade da Boca da Mata. Ficamos muito felizes com a aprovação e esperamos logo, logo, passar por lá e ver que, realmente, a comunidade está tomando conta daquilo que é seu. Muito obrigado.

O deputado Doutor Wilson Batista – Sr. Presidente, gostaria aqui de agradecer, mais uma vez, a Casa e, mais uma vez, V. Exa. por pautar esse nosso projeto, de nº 18/2015, que trata da inclusão do mapeamento genético no âmbito do SUS. Esse projeto vai ser certamente uma chance de prevenção para milhares de mulheres hoje que convivem com a ameaça do câncer. Sabemos que tem uma certa população de mulheres que convive hoje com a herança de uma mutação genética, ou seja, as pessoas adquiriram essa mutação, e foi herdada essa mutação. Então, sabidamente, essas mulheres que têm esse teste genético positivo herdaram a mutação e vão desenvolver o câncer ao longo de sua vida. Esse teste já existe há mais de 25 anos, desde 1994, quando foi descoberto nos Estados Unidos. Nas nações ricas, eles já hoje convivem com a redução da mortalidade, porque se permite a essas pessoas o acesso a esse teste e a fazerem um tratamento antes que a doença ocorra. Infelizmente, no Brasil, após 25 anos, esse teste, essa inovação ainda não foi estendida aos pacientes do Sistema Único de Saúde. Com esse projeto nosso, a intenção é exatamente permitir que essas pessoas tenham acesso a essa inovação através do Sistema Único de Saúde e que se possa garantir a elas um tratamento antecipado, podendo

possibilitar-lhes a cura dessa doença. Sr. Presidente, olhe a dimensão desse projeto. Inicialmente, o patenteamento desse teste era garantido a um monopólio nos Estados Unidos, e a Suprema Corte daquele país quebrou essa lei da patente, reconhecendo que bens naturais não podem ser passíveis de patenteamento e invalidaram o monopólio do laboratório que descobriu esse teste. Então, hoje, apesar de esse teste ser mais barato aqui no Brasil, infelizmente os pacientes do Sistema Único de Saúde não têm acesso a ele. Estamos garantindo, através de uma lei, que isso seja estendido especialmente às pacientes de alto risco, ou seja, aquelas que têm diversos membros da família portadores de câncer. Então, elas podem fazer esse teste e fazer um tratamento antecipado, o que lhes garantirá a cura, o impedimento que essa doença venha a ocorrer. Então, muito obrigado a todos por mais uma inovação estendida às pacientes do SUS, em especial às mulheres de Minas Gerais. Muito obrigado a todos.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 33ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/10/2019

Presidência do Deputado Professor Wendel Mesquita

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Palavras do Deputado Mauro Tramonte – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Marcolino de Oliveira Pinto Júnior – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Betinho Pinto Coelho – Mauro Tramonte – Professor Wendel Mesquita.

Abertura

O presidente (deputado Professor Wendel Mesquita) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais – Fecemg – pelos 50 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Marcolino de Oliveira Pinto Júnior, presidente-executivo da Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais – Fecemg; Pelé do Vôlei, subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; vereador Coronel Edvaldo Piccinini Teixeira, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vice-presidente executivo da Fecemg; Antonio Eustáquio da Rocha Soares, presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da Fecemg; e deputados Betinho Pinto Coelho; e Mauro Tramonte, este autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Antes de darmos início à homenagem, gostaríamos de convidá-los a conhecer o movimento Sou Minas Demais. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais acredita que o nosso estado é maior que qualquer crise e, por isso, está promovendo ações para a retomada do desenvolvimento, agindo na defesa de Minas e dos mineiros. Sabemos que é preciso ouvir o cidadão e mobilizar as forças presentes na sociedade para que a mudança aconteça. O Sou Minas Demais é uma oportunidade para nos lembrarmos da nossa história, celebrarmos novas conquistas e valorizarmos a nossa identidade, apresentando pessoas que contribuem para o nosso estado em diversos campos de atuação.

Convidamos a todos para assistir ao vídeo-manifesto da campanha e se juntar a nós nesse movimento.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença nesta solenidade do ex-vereador Wellington Bessa. Registramos, também, a presença de representantes dos seguintes clubes e associações: Associação Atlética Banco do Brasil; Associação Atlética Bemge; Associação Recreativa Classista dos Colaboradores da Oi ART-MG; Associação Recreativa Minas Gerais; Barroca Tênis Clube; Clube Belo Horizonte; Clube Recreativo Mineiro; Esporte Clube Sírio de Belo Horizonte; Esporte Clube Ginástico; Jaraguá Country Club; Pampulha Iate Clube – PIC; Serra Del Rey Country Club; Clube dos Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais; Minas Tênis Clube; Mackenzie Esporte Clube; Barroca Tênis Clube; a sinuca, do Olimpico Club; Sociedade Recreativa Palmeiras; Sociedade Hípica de Minas Gerais; Praia Clube; Clube Labareda e Clube Recreativo Dom Pedro II.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral do Minas Tênis Clube, regido pela maestrina Eliane Fajoli.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Mauro Tramonte

Boa noite a todas e a todos. Exmo. Sr. Deputado Professor Wendel, representando o nosso presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus; Sr. Marcolino de Oliveira Pinto Júnior, presidente-executivo da Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais – grande Marcolino; grande Pelé do Vôlei, subsecretário de Esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, a quem agradeço – seja bem-vindo; Exmo. Sr. Vereador Coronel Piccinini, vice-presidente executivo da Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais – Fecemg –, a quem agradeço; Exmo. Sr. Deputado Betinho Pinto Coelho, nosso colega; Sr. Antonio Eustáquio da Rocha Soares, presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais – seja bem-vindo, Antônio.

Quero deixar aqui um abraço aos nossos profissionais do Cerimonial, aos nossos técnicos de imagem e de som da TV Assembleia. Estamos ao vivo para toda Minas Gerais. Deixo aqui um abraço também aos demais servidores desta Casa e ao pessoal do nosso gabinete.

Bem, hoje festejamos o 50º da Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais – Fecemg. Esta solenidade traz à luz a concretização das ideias nascidas de reflexões sobre o passado e o futuro de grandes expoentes que representam a história dessa federação, pessoas que dedicaram e transcenderam para muito além de si próprias em prol de um bem maior e coletivo. Afinal de contas, são 50 anos, cinco décadas. Muitos, muitas empresas grandes não sobrevivem a isso. Muitas entidades dificilmente sobrevivem a 50 anos. Isso significa união.

Afinco, bons propósitos e honradez nortearam a fundação da Fecemg. Da mesma forma, há cinco décadas, vêm dando lastro a essa instituição na manutenção do seu objetivo central, que é agregar, unir mutuamente, elevar os clubes mineiros, dos quais nos orgulhamos muito. Suas atividades buscam aperfeiçoar e fortalecer os clubes e os associados, os aspectos esportivo, social,

cultural, jurídico, sempre compromissada com a eficiência. Nessa hora, abrem-se parênteses para prestigiar ações no campo do esporte e da cultura que, entrelaçadas, pavimentam o caminho para a mente sã, e por isso a Fecemg ostenta uma dimensão tão institucional quanto humanitária.

Não se trata aqui de uma adesão simplista a fatos correntes e ao evidente prestígio da Fecemg. Os dados são reais, catalogados, e demonstram a efetiva integração, confraternização, suporte e serviços prestados a clubes e associados. Importa o registro, a homenagem meritória à Fecemg, calcada no acervo de 50 produtivos anos de alto senso e responsabilidade e prevenção dos interesses vitais da sociedade como um todo. Portanto, nada mais justo, nesta noite, que prestarmos essa singela homenagem a essa federação que, sem dúvida, faz parte da vida dos mineiros, sobretudo dos clubes das nossas Minas Gerais. Vem essa saudação carregada de admiração, de esperança, de vida longa e contínua prosperidade à Fecemg e a todos os seus clubes associados.

Por fim, deixamos aqui o nosso reconhecimento ao presidente da Fecemg, Sr. Marcolino de Oliveira Pinto Júnior; também aos seus diretores, assessores, membros dos conselhos e àqueles que por ali passaram marcando essa história. Saibam que as portas desta Casa estarão sempre abertas a todos vocês que brilhantemente conduzem e já conduziram essa maravilhosa entidade, a Fecemg, com maestria e responsabilidade.

Nós, que também fazemos parte da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, estamos sempre trabalhando, buscando alternativas, sempre fazendo requerimentos, procurando entidades para melhorar o esporte, o lazer, a cultura. Fazemos parte também, junto com o Professor Wendel, da Comissão de Cultura. Então, podem ter a certeza de que a Assembleia está lutando, e muito, para que possamos melhorar o nosso Estado de Minas Gerais. Podem ter a certeza disso.

Ao coral maravilhoso, parabéns! Parabéns a todos vocês. Parabéns à maestrina! Vocês são maravilhosos. Vai haver mais música? (- Pausa.) Que bom.

Gente, boa noite! Muito obrigado pelo carinho. Os aplausos hoje são para vocês, clubes, diretores, porque vocês merecem. Parabéns!

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Professor Wendel Mesquita, representando o presidente da Assembleia de Minas, deputado Agostinho Patrus, juntamente ao deputado Mauro Tramonte, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, farão a entrega de placa alusiva ao Sr. Marcolino de Oliveira Pinto Junior, presidente da Fecemg. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: (- Lê:): “Criada em 11/12/1969, a Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais – Fecemg – sempre se manteve fiel ao compromisso de congregar os clubes recreativos mineiros, assessorar seus membros, defender os interesses da classe e promover o esporte amador em todas as modalidades. Atualmente, a entidade reúne as 24 maiores agremiações dessa natureza em nossa unidade federativa, desenvolvendo projetos culturais e sociais de grande relevância. Por conhecer o papel fundamental da prática esportiva para a completude do ser humano e sua integração na sociedade, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais parabeniza a Fecemg pelos 50 anos de existência”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Marcolino de Oliveira Pinto Júnior

Exmo. Deputado Professor Wendel Mesquita, presidente desta reunião especial; Exmo. Deputado Mauro Tramonte, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem aos 50 anos da Fecemg; Exmo. Deputado Betinho Pinto Coelho; Exmo. Subsecretário de Estado de Esportes, Pelé do Vôlei; Exmo. Vice-Presidente da Fecemg e Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar, vereador Coronel Piccinini; prezado amigo Antônio Eustáquio, presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da Fecemg e também presidente do Conselho Deliberativo do Pampulha Iate Clube, na pessoa do quem cumprimento os demais colegas da diretoria da Fecemg, os presidentes e ex-presidentes da Fecemg; Dr. Geraldo Ediberto; Cel. Fiuza; José Rômulo; Abel; representantes

dos clubes associados; presidentes de federações e conselhos; autoridades políticas, civis e militares; colaboradores, esposas, sócios e demais convidados, meus cumprimentos.

O meu agradecimento especial à minha esposa, que me acompanha nesta noite, Naara Torres, junto à minha filha Giovanna Torres e ao meu filho Ricardo Aurichio. Quero agradecer também ao presidente do Minas Tênis Clube, nosso amigo Ricardo Santiago. Muito obrigado, Ricardo Santiago, pela gentileza em disponibilizar esse coral que ora enobrece este nosso evento. Muito obrigado, Ricardo.

Com muita honra, agradecemos também aos atletas do Olympico Club, a turma do futsal que está ali, aquela turma boa ali. Fiquem em pé aí. Eles estão nos prestigiando. A turma do futsal deve ser sub 10 ou sub 12. Agradeçam aí ao presidente Walney Almeida. Muito obrigado à garotada aí.

Senhoras e senhores, boa noite. Inicialmente quero deixar aqui registrado o nosso agradecimento ao presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus, e, em especial, ao deputado Mauro Tramonte, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, que certamente deixa um registro perpétuo para o cinquentenário da nossa entidade.

Expresso a minha satisfação por estarmos juntos novamente nesta noite de grande alegria e pela relevância da homenagem ao segmento clubístico do nosso estado.

Agradeço, neste momento, a todos que, de alguma forma, contribuíram para a Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais – Fecemg –, sucessora da União Mineira de Associações Recreativas – Umar –, fundada em 11/12/1969, a qual, neste ano, completa 50 anos de existência. Por lá passaram vários presidentes, diretores e colaboradores qualificados, que foram responsáveis por manter a sólida estrutura dessa organização ao longo das últimas décadas, ultrapassando as barreiras e promovendo, através dos clubes sociais, o esporte, a cultura, o bem-estar social; combatendo o sedentarismo e promovendo a recreação e a inclusão social; unindo e dignificando a família da nossa sociedade.

Aproveitamos, senhoras e senhores, para ressaltar, conforme já é do conhecimento de todos, que os clubes exercem ainda um papel fundamental na educação e no lazer, assim como na formação de atletas olímpicos. Os números são expressivos e mostram a consistência eficaz do trabalho realizado nas instituições desportivas e sociais ao longo dos últimos anos.

Vejam que nos Jogos Olímpicos de 2004, 2008, 2012 e 2016, em média, 82% dos atletas brasileiros eram oriundos de clubes desportivos ou de agremiações do segmento clubístico. E, nessa escalada de grandes acontecimentos, a Fecemg vem se consolidando cada vez mais com relacionamentos interclubes, buscando sempre potencializar a sua atuação em benefício da classe clubística do nosso estado. Um exemplo disto: neste ano, na Copa Fecemg, tivemos a participação de cerca de mil atletas com inúmeras torcidas, entre familiares e demais sócios, promovendo uma grande integração interclubes.

A atual gestão considera que está no caminho certo. O trabalho que vem sendo desenvolvido e reconhecido pelos associados a credencia, inclusive, como uma entidade de grande representação junto aos órgãos públicos e privados do nosso estado. Por tudo isso, reconhecemos o nosso trabalho na certeza de que, por meio da atividade social, desportiva, cultural, com transparência e muita ética, estamos colaborando para a dignidade do ser humano, contribuindo, assim, para uma sociedade mais justa, saudável e um país efetivamente mais democrático e desenvolvido.

Encerrando, fica registrado mais uma vez o nosso agradecimento especial ao nobre presidente desta Casa Legislativa, deputado Agostinho Patrus, autor desta homenagem, e ao nosso amigo, deputado Mauro Tramonte. E ainda a todos os dirigentes dos clubes que apoiam o nosso trabalho, demonstrando a união do segmento clubístico, que, sem dúvida, fortalece-nos no dia a dia e nos dá a certeza de que estamos trabalhando com um grupo unido e competente em prol do fortalecimento da nossa classe.

Aproveito ainda para agradecer a todos os presentes, solicitando, neste momento, ao vereador Coronel Piccinini que faça também uma entrega, homenagem da nossa comenda maior, deputado Mauro Tramonte. É uma surpresa a entrega da nossa comenda (- Risos.) Senhoras e senhores, obrigado a todos e uma boa noite!

Palavras do Presidente

Boa noite a todos e a todas. Quero cumprimentar o deputado Mauro Tramonte, um grande amigo. Tenho a honra de estar aqui como deputado ao lado dele. Além de ser um grande mestre da comunicação, tem brilhado também na Assembleia Legislativa e mostrado toda a sua força, a sua articulação e a sua paixão pela política. Então, parabéns deputado Mauro Tramonte por esta homenagem tão significativa para essa federação que representa o que Belo Horizonte tem de melhor, que são seus clubes, que hoje fazem o dia a dia do cidadão beloizontino mais alegre e melhor na convivência social. Parabéns mesmo por esta importante homenagem.

Cumprimento também o presidente-executivo da Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais, o amigo Marcolino de Oliveira Pinto Júnior, que também é uma outra grande revelação à frente da Fecemg há oito anos. Ele vem mostrando sua capacidade de gestão, de aglutinar e de conciliar todas as pautas, que são extensas, de uma forma dinâmica e, como um bom mineiro, sempre no diálogo, na construção. Parabéns por esses 50 anos, presidente. Realmente você representa com dignidade e com força essa federação tão fundamental para o dia a dia dos clubes.

Cumprimento também o nosso subsecretário de Esportes, o grande amigo – tive a honra de ser vereador ao seu lado e do nosso querido Coronel Piccinini. Éramos inclusive do mesmo partido, mas hoje ele está à frente da Secretaria Adjunta de Esportes e é um grande representante. Eu falo que é o secretário de Esportes que mais representa os clubes de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Então, é um prazer recebê-lo nesta Casa.

Cumprimento também o vice-presidente executivo da Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais – Fecemg –, vereador Coronel Piccinini. Tive também a honra de estar como vereador ao lado dele, este grande homem da Polícia Militar e dos clubes também, à frente do Clube dos Oficiais, fazendo uma gestão realmente muito forte.

Cumprimento o amigo de partido, amigo de jornada, companheiro... Tive a honra de ser eleito no mesmo partido que ele, e estamos aqui mostrando que, mesmo estando no primeiro mandato – assim como também nosso querido deputado Mauro Tramonte –, a gente pode fazer a diferença. Então com muita honra que eu tenho a possibilidade de poder ser deputado ao lado dele, Betinho. Seja sempre muito feliz em suas construções, Betinho. E por último, o presidente do Conselho Deliberativo e Fiscal da Federação dos Clubes, o amigo Antônio Eustáquio da Rocha, também outro grande homem e grande gestor. Cumprimento também de maneira especial dois presidentes. Hoje sou associado a dois clubes: o Jaraguá – está aqui nosso presidente Carlão – e também a AABB, o Juventino está presente. Não posso deixar de cumprimentar os dois presidentes, de cuja história eu faço parte.

Vou fazer então o uso da palavra com o discurso do nosso presidente Agostinho, que pediu que o representasse nesta noite, até pela nossa construção junto aos clubes. (– Lê:)

É com muita satisfação que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais homenageia, neste evento, a Federação dos Clubes do Estado de Minas Gerais – a Fecemg –, por ocasião de seus 50 anos de existência, dedicados à defesa dos interesses deste setor.

Nestas primeiras cinco décadas, o trabalho da Fecemg foi marcado, sobretudo, pela realização de projetos culturais, sociais e de lazer de grande relevância, pelo fortalecimento do setor e pelas iniciativas de integração entre os clubes, cada um com suas peculiaridades.

Alguns desses clubes apresentam sedes com riqueza natural e localização privilegiada, em clima agradável e familiar; outros, têm a sua criação confundida com a própria inauguração da capital mineira. Há os que foram projetados, na Pampulha, por três grandes mestres: Oscar Niemeyer, Roberto Burle Marx e Cândido Portinari. Há, ainda, os que investem em esportes amadores, com reconhecimento nacional e mesmo internacional. Enfim, cada um, a sua maneira, carrega uma rica história que orgulha os mineiros. De forma geral, oferecem estrutura para lazer, prática esportiva e realização de eventos, além de recreação de qualidade, sobretudo para jovens.

O salão social é o palco luxuoso para reuniões festivas, sempre procurado para eventos de formaturas, congressos e festas em geral. Nesses espaços, podemos encontrar ginásio poliesportivo, parque aquático, quadra coberta para jogos de peteca, complexo esportivo de tênis, quadras de vôlei de areia, campos de futebol soçaite, quadras de vôlei, peteca e basquete. Também nos deparamos com bicicletário, sauna, salão de jogos e salão de sinuca. Em comum, todos oferecem aos seus associados benfeitorias que surpreendem as expectativas e exigências dos frequentadores.

Com elevado senso de dever profissional, as diretorias desses clubes procuram fazer com que os espaços sejam a extensão do lar dos sócios, cuidando com zelo e dedicação de cada área do clube. Para que tudo isso funcione a contento, cotidianamente os clubes têm contado com a administração eficiente da Fecemg. Congregando os clubes filiados, a federação é o porto seguro por trás do sucesso de cada organização dedicada ao lazer e ao esporte e que se notabiliza pela convivência familiar, envolvendo várias gerações, formando atletas e cidadãos dotados da grande habilidade de conviver com o outro e respeitá-lo. A defesa dos interesses de seus filiados tem sido, sem dúvida, o grande aval para esta história de contínuos êxitos. Parabenizamos, portanto, a Fecemg e vocês, clubes, que ela representa pelo contínuo esforço em propiciar o convívio social e em buscar a construção de uma sociedade mais humana, que valoriza as atividades saudáveis para o corpo, mas também para o espírito e para o exercício da cidadania.

Por último, faço breves palavras quanto à alegria de poder presidir esta homenagem, esta reunião solene, ao lado do autor do requerimento, deputado Mauro Tramonte, pela história de cada um de nós aqui com os clubes. Eu sou sócio de dois, mas nossa família congrega sócios de vários clubes – do PIC, do Minas, do Mackenzie. Tenho familiares em diversos clubes. A gente sabe que as histórias de vocês são histórias de felicidades. Se aqui pudéssemos contar cada história vivida não só por vocês, dirigentes, mas também por todos aqueles sócios, a gente ficaria aqui noites e noites e escreveríamos diversos livros de muita felicidade. É no clube, uma vez que Belo Horizonte não tem praia, que se constroem as histórias, que se constroem as grandes amizades. Com certeza, é ali que a nossa vida fica mais leve e mais saborosa.

Parabéns, Marcolino, por tanta história! Parabéns, Fecemg! Parabéns a cada um de vocês, apaixonados e apaixonadas por essa atividade, que é voluntária, vale lembrar! Ninguém aqui tem salário. Pelo contrário, diversos de vocês tiram do próprio bolso, muitas vezes, recursos para investir em suas paixões. A gente sabe que aqueles domingos, sábados, feriados dedicados – o Ricardo é do nosso querido Minas Tênis – a essa paixão são sempre muito bem retribuídos ao ver tantos sorrisos estampados nos rostos dos belo-horizontinos, alegres, porque ali eles têm o melhor convívio na melhor gestão.

Que Deus possa iluminar essa trajetória! Estamos aí nessa construção. Ainda torço para ver o nosso querido Mauro Tramonte prefeito de Belo Horizonte. Por esses dias, fui perguntado também sobre pré-candidato. Foi-me perguntado se eu abriria mão para ser vice do Kalil. Eu disse: “Não”. Foi-me perguntado se eu abriria mão para ser vice do deputado Mauro Tramonte. Eu disse: “Sim”. Espero que ele aceite esse pedido dos belo-horizontinos. Quem sabe posso estar ao lado dele nessa construção! Grande abraço. Boa noite! Parabéns, Fecemg!

Apresentação Musical

O locutor – Neste momento, ouviremos mais uma apresentação do Coral do Minas Tênis Clube, sob a regência de Eliane Fajoli, que nos brindará com as canções: *Cantiga por Luciana*, de Vinícius de Moraes; *Jardim da fantasia*, de Paulinho Pedra Azul; *We are the champions*, de Freddie Mercury.

Em nome do presidente desta reunião, deputado Professor Wendel Mesquita, e do deputado Mauro Tramonte, aproveitamos o momento para agradecer ao Coral do Minas Tênis Clube a participação nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Queremos agradecer também ao Cel. Dias, do Círculo Militar de Belo Horizonte, em breve associado – não é, coronel? O Marcolino disse aqui que já está sendo feito o encaminhamento. Quero agradecer, mais uma vez, ao Coral do Minas

Tênis e ao Ricardo Santiago, que contribuiu com o coral maravilhoso que se apresentou de forma belíssima nesta noite. Mais uma vez, parabenizo o autor do requerimento, deputado Mauro Tramonte, pela importante iniciativa.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 8, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 8/10/2019.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/6/2019

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Virgílio Guimarães, Fernando Pacheco, João Magalhães e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as deputadas Beatriz Cerqueira e Andréia de Jesus e os deputados João Magalhães, Roberto Andrade, Sargento Rodrigues, Guilherme da Cunha e João Leite, membros da Comissão de Administração Pública; a deputada Andréia de Jesus e os deputados Doutor Jean Freire, Cássio Soares, André Quintão, Gustavo Valadares, Leonídio Bouças, Luiz Humberto Carneiro e Sargento Rodrigues, membros da Comissão de Participação Popular. Estão presentes também as deputadas Marília Campos, Rosângela Reis e Ana Paula Siqueira e os deputados Antonio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Gil Pereira, Arlen Santiago, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Wilson Batista, Bosco, Tadeu Martins Leite, Professor Cleiton, Gustavo Mitre, Professor Irineu, Bartô, Betão, Delegado Heli Grilo e Doutor Paulo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta das comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a cumprir o que determina a Emenda Constitucional nº 99/2019, no que se refere à prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão relativa ao primeiro quadrimestre de 2019. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Luisa Cardoso Barreto, secretária adjunta de Estado Adjunta de Planejamento e Gestão – Seplag; e o Sr. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag. O presidente da reunião, deputado Hely Tarquínio, tece suas considerações iniciais e, logo após, passa a palavra ao convocado, para que faça sua exposição. Os parlamentares inscritos, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.705/2019, dão início às interpelações, que são respondidas pelo convocado, conforme consta das notas taquigráficas. Às 13 horas, a presidência prorroga de ofício a reunião, nos termos do art. 120, XIV, do Regimento Interno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência tece suas considerações finais, agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de outubro de 2019.

João Magalhães, presidente – Beatriz Cerqueira – Sargento Rodrigues – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – André Quintão – Guilherme da Cunha – Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40/2019 NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/8/2019

Às 16h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Ulysses Gomes, Cássio Soares e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário.

Após discussão e votação, é aprovado, no 2º turno, parecer pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2019, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Cássio Soares). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2019.

Gil Pereira, presidente.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/9/2019

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Léo Portela, Celinho Sintrocel e Cleitinho Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Léo Portela, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de e-mail da Sra. Tânia Ferreira, encaminhado pelo Fale com as Comissões, solicitando o asfaltamento da estrada que liga os Municípios de Piranga e Mariana. Comunica também o recebimento de ofício dos Srs. Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, publicado no *Diário do Legislativo* em 20/9/2019; e Roni Schaper Franco, presidente da Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento Sustentável dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Coodevale –, encaminhando representação em face de atos do coordenador regional da 28ª CRG do Departamento de Edificações e Estradas e Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 444/2019, no 1º turno (Celinho Sintrocel), e 374 e 747/2019, em turno único (Professor Irineu). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 724/2019, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cleitinho Azevedo). Registra-se a presença do deputado Professor Irineu. Em seguida, após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 822/2019, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cleitinho Azevedo). Retira-se o deputado Léo Portela. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.774, 2.775, 2.779, 2.797, 2.816, 2.820 e 2.821/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.948, 3.967 a 3.976, 3.994, 3.998, 4.071, 4.114 e 4.140/2019. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.323/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para o patrolamento da MGC-479, no trecho que liga o Município de Chapada Gaúcha ao Distrito de Serra das Araras, no extremo Norte do Estado;

nº 4.370/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para manutenção das rodovias estaduais MG-265 e MG-285, no trecho entre os Municípios de Astolfo Dutra e Rio Pomba;

nº 4.417/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e dos deputados Léo Portela, Cleitinho Azevedo, Professor Cleiton e Cristiano Silveira, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o montante de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide – repassados ao Estado no exercício de 2018 e

nos três primeiros trimestres do exercício de 2019; o saldo de contas vinculadas desses recursos e cronograma de sua aplicação em obras de infraestrutura de transportes; e a regularidade no repasse do montante de 25% destinado aos municípios;

nº 4.418/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e dos deputados Léo Portela, Cleitinho Azevedo, Professor Cleiton e Cristiano Silveira, em que requerem seja enviado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações consubstanciadas na relação de projetos de infraestrutura constantes no plano de trabalho de que trata o § 7º da Lei Federal nº 10.336, de 19/12/2001, que institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide –, a serem executados no Estado no exercício de 2020 com recursos da Cide;

nº 4.419/2019, das deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e dos deputados Léo Portela, Cleitinho Azevedo, Professor Cleiton e Cristiano Silveira, em que requerem seja realizada visita ao governador do Estado para entregar documento contendo os encaminhamentos da 1ª Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, realizada em 19/9/2019, com a finalidade de debater os prejuízos sofridos pela comunidade escolar dos municípios atendidos pela MG-280, tendo em vista a precariedade em que se encontra;

nº 4.420/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Léo Portela, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que adote os procedimentos necessários ao imediato início das obras de asfaltamento da Rodovia MG-280, nos trechos de Paula Cândido a Divinésia e de Dores do Turvo a Alto do Rio Doce;

nº 4.440/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais as notas taquigráficas da 23ª Reunião Ordinária, que teve por finalidade debater o limite de idade de veículo exigido pelo Decreto nº 44.035, de 1º/6/2005, para autorizar a prestação de serviço fretado de transporte rodoviário intermunicipal de pessoas, tendo em vista que essa previsão, de âmbito estadual, é mais gravosa do que o regramento federal aplicável ao transporte interestadual;

nº 4.441/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para o patrolamento da BR-135, no trecho que liga Itacarambi a Manga, no extremo Norte de Minas Gerais;

nº 4.442/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para o patrolamento da BR-135, no trecho que liga Itacarambi a Manga, no extremo Norte de Minas Gerais;

nº 4.443/2019, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para avaliar a essencialidade de intervenção na Rodovia MG-827, Km 4, no Município de Medeiros, no sentido de Bambuí.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2019.

Léo Portela, presidente – Professor Irineu – Cleitinho Azevedo

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/10/2019

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos

membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o aumento do índice de suicídio entre os profissionais da segurança pública no Estado. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei n.ºs 906, no 2º turno, e 766/2019, em turno único (deputado João Leite). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Cristiane dos Santos de Souza Nogueira, conselheira do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais da 4ª Região, representando a presidente, Cel. BM Andréia Geraldo Batista, assessora de Assistência à Saúde do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, representando o comandante-geral, Andreza Rafaela Abreu Gomes, subsecretária de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, representando o secretário, e Iderli Consuelo Rocha, mãe do policial militar Felipe Iderci Lourenço; e os Srs. Cel. PM Zeder Gonçalves do Patrocínio, presidente da União dos Militares de Minas Gerais, Antônio Marcos Alvim Soares Júnior, médico psiquiatra da Polícia Militar de Minas Gerais; Ten.-Cel. PM Elaine Rocha Teixeira Andrade, subdiretora da Diretoria de Saúde da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o comandante-geral; 3º- Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, vice-presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, Gilberto Agostinho dos Reis, militar e psicólogo, Marconi de Paula Severino, militar e psicólogo, Adeilton de Souza Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais, Nardelle Jesus Moreira, militar e psicólogo, Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais, Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais, Diemerson Souza Dias, presidente da Associação Mineira dos Agentes e Servidores Prisionais do Estado de Minas Gerais, Bertone Tristão, presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de Minas Gerais, Robert William de Carvalho, presidente da Organização Não Governamental Defesa Social, Wemerson Silva De Oliveira, assessor do SindPol-MG, Subten. PM Gonzaga, deputado federal, e Cb. PM Cleines Pinto de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/10/2019

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)****(Regimental)****3ª Fase**

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 9/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 9/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 9/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 10/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.880/2017, da deputada Marília Campos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.173/2015, do deputado Neilando Pimenta; 4.598/2017, do deputado Rogério Correia; e 922/2019, do deputado Duarte Bechir.

Requerimentos nºs 2.998, 2.999, 3.000, 3.002 e 3.042/2019, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 9/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 9/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 9/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 9/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2019, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de cumprir o que determina a Emenda à Constituição nº 99, de 2019, no que se refere à prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Educação relativa ao segundo quadrimestre de 2019.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 9/10/2019, às 11h30min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 2.992, 2.993, 3.007 e 3.050/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os deputados Raul Belém, Carlos Pimenta, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2019, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei n°s 966/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro, e 513/2019, do deputado Professor Cleiton, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2019.

Noraldino Júnior, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os deputados Raul Belém, Carlos Pimenta, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/10/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de cumprir o que determina a Emenda à Constituição n° 99, de 2019, no que se refere à prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Educação relativa ao segundo quadrimestre de 2019.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2019.

Noraldino Júnior, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI N° 464/2019

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Mãos Dadas Somos Mais Fortes, com sede no Município de Itamarandiba, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 464/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Mãos Dadas Somos Mais Fortes, com sede no Município de Itamarandiba, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo desenvolver e mobilizar a comunidade para atos cívicos, culturais e sociais.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos humanitários, realizar palestras de conscientização, gincanas e mutirões para, em situações de calamidade, atender pessoas desabrigadas; elaborar projetos para atendimento local ou a distância visando ampliar o acesso à literatura; e firmar convênios com empresas ou outras entidades para prestar serviços relacionados a tratamentos psicológicos e terapêuticos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Comunitária de Mãos Dadas Somos Mais Fortes, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 464/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2019.

Mário Henrique Caixa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 676/2019

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Luiz Humberto Carneiro, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Campo Redondo e Região, com sede no Município de Araguari, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 676/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores do Campo Redondo e Região, com sede no Município de Araguari, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover o crescimento e o desenvolvimento da comunidade regional rural.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover o bem-estar dos associados; buscar recursos para projetos que visem beneficiar toda a comunidade e reivindicar serviços e obras públicas necessárias para a sua área de abrangência.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação dos Moradores do Campo Redondo e Região, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 676/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Mário Henrique Caixa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 932/2019

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Doutor Jean Freire, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Santo Antônio de Carai, com sede no Município de Carai, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 932/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Artesãos de Santo Antônio de Carai, com sede no Município de Carai, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo amparar a família e a comunidade por meio da promoção do bem-estar, da formação para o trabalho local, e do incentivo à cultura regional.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, combater a fome e a pobreza por meio do incentivo à produção de alimentos básicos e da integração com órgãos e entidades em programas de geração de emprego e renda; promover cursos profissionalizantes a fim de inserir seus beneficiários no mercado de trabalho; e promover o desenvolvimento da agricultura e do artesanato.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação dos Artesãos de Santo Antônio de Carai, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 932/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2019.

Mário Henrique Caixa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.043/2019**Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Tadeu Martins Leite, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Agricultores Familiares da Comunidade de Boa Vista, com sede no Município de São João da Ponte, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.043/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Agricultores Familiares da Comunidade de Boa Vista, com sede no Município de São João da Ponte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, adquirir produtos e equipamentos agropecuários para atender as necessidades dos associados; fomentar a proteção dos recursos hídricos; desenvolver atividades de conscientização ambiental; e combater a fome e a pobreza por meio do incentivo à produção de alimentos básicos.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol da comunidade rural de São João da Ponte, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.043/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de outubro de 2019.

Tito Torres, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.045/2019**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Zé Reis, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Cultural e de Assistência aos Profissionais da Odontologia de Minas Gerais – Acapo-MG –, com sede no Município de Belo Horizonte, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.045/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Cultural e de Assistência aos Profissionais da Odontologia de Minas Gerais – Acapo – MG –, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover assistência social, científica e cultural a seus associados.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover a assistência social e atividades culturais; defender os interesses de classe dos profissionais da odontologia; e contribuir na organização de eventos da sociedade odontológica mineira.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Cultural e de Assistência aos Profissionais da Odontologia de Minas Gerais – Acapo – MG –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.045/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 2 de outubro de 2019.

Mário Henrique Caixa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.072/2019

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Relatório

De autoria do deputado Léo Portela, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Mães de Mãos Dadas, com sede no Município de Caratinga, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.072/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Mães de Mãos Dadas, com sede no Município de Caratinga, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo prestar apoio a indivíduos em situação de vulnerabilidade social e, também, àqueles com necessidade de cuidados médicos.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, desenvolver ações que proporcionem a inserção da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho; promover e incentivar a realização de atividades culturais e oficinas terapêuticas visando a habilitação, reabilitação e inclusão dos associados; e promover ações, projetos e atividades a fim de garantir a acessibilidade a pessoas com deficiência física.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação Mães de Mãos Dadas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.072/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 4 de outubro de 2019.

Gustavo Valadares, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.079/2019

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Monte-Alegrense de Ciclismo – Clube Pedalmonte –, com sede no Município de Monte Alegre de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Monte-Alegrense de Ciclismo – Clube Pedalmonte –, com sede no Município de Monte Alegre de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção do ciclismo.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, promover a saúde, o lazer e o bem-estar dos participantes e da comunidade em geral por meio do ciclismo, difundir o esporte e estimular o uso da bicicleta como meio de transporte.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Clube Pedalmonte, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.079/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2019.

Mário Henrique Caixa, relator.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Câmara de Vereadores de Pedro Leopoldo pela aprovação do Projeto de Lei nº 16/2019, que institui o Programa Bolsa Atleta nesse município (Requerimento nº 2.987/2019, da Comissão de Esporte);

de congratulações com a comunidade de Santa Juliana pela realização da festa em louvor a Deus por Nossa Senhora das Dores, padroeira desse município (Requerimento nº 2.988/2019, da Comissão de Cultura);

de congratulações com a comunidade de Sabará pela restauração do teatro municipal dessa cidade (Requerimento nº 2.989/2019, da Comissão de Cultura);

de congratulações com a comunidade de Araxá pelo sucesso na realização da festa em louvor à Sagrada Família (Requerimento nº 2.990/2019, da Comissão de Cultura);

de congratulações com a Associação da Congada de Nossa Senhora do Rosário de Santa Rosa da Serra pelo sucesso da festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário, realizada entre os dias 13 e 15 de setembro de 2019, no Município de Santa Rosa da Serra (Requerimento nº 2.991/2019, da Comissão de Cultura);

de repúdio ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte, ao Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Contagem, ao Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Betim e ao Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Belo Horizonte e Região pelo não comparecimento à 15ª Reunião Extraordinária, que debateu a ausência de cobradores nos ônibus após visita da comissão às estações de integração (Requerimento nº 2.997/2019, da Comissão de Participação Popular);

de congratulações com a Associação de Proteção e Assistência dos Condenados do Município de São João Dei Rei pelo importante trabalho desenvolvido no processo educativo dos recuperandos, como base para a ressocialização (Requerimento nº 3.009/2019, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte – Sind-Rede/BH – pelos 13 anos de sua fundação (Requerimento nº 3.011/2019, da Comissão de Educação);

de congratulações com as alunas Elena Pereira Martins e Maria Fernanda Laje e o Prof. Hailisson Rodrigo Ferreira, da Escola Estadual Padre Vidigal, de Nova Era, pelas medalhas de ouro recebidas na Olimpíada Itabirana de Matemática (Requerimento nº 3.012/2019, da Comissão de Educação);

de apoio ao Centro Acadêmico Julmar de Oliveira Diniz – Dajod –, do Câmpus Ituiutaba da Uemg, pela defesa da educação pública gratuita e de qualidade, ao promover a paralisação da unidade na luta para que o governo estadual atenda as demandas urgentes da comunidade acadêmica (Requerimento nº 3.013/2019, da Comissão de Educação);

de congratulações com União Estadual dos Estudantes pela realização de 46º congresso e pela eleição da nova direção e da presidência dessa entidade, a qual será ocupada pelo estudante juiz-forano Ramon de Almeida (Requerimento nº 3.018/2019, da Comissão de Educação).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 7/10/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Aislan Lino de Almeida, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado.

TERMO DE CONTRATO Nº 67/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em relógios de ponto da marca Henry, modelo Primme. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90 (10.1).